

# Capítulo 7

## NEGOCIAR FEMINILIDADES E PERTENCIMENTOS POR MEIO DO FUTEBOL DAS ADVOGADAS: SENTIDOS E FRONTEIRAS E NA PRÁTICA ESPORTIVA COMUNITÁRIA DE MULHERES ADULTAS

**Mariana Zuaneti Martins**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

**Samara Ventureli Furtado**

Licenciada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

**Edinalva Brito Gomes**

Comissão de Direito Desportivo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ES)

**Sâmara Sena Araujo Franca**

Licenciada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

### INTRODUÇÃO

Se, no Brasil, o futebol organiza simbolicamente os imaginários da nação, e, neles, as mulheres foram historicamente excluídas e silenciadas dessas representações (Rial, 2013). O esporte mais praticado no país se constitui como uma das últimas áreas de sociabilidade reservada aos homens e, por isso, serve como espaço privilegiado para manifestação e afirmação de uma masculinidade viril e agressiva, que vem se tornando repudiada socialmente em outros contextos (Dunning, 1986).

A anulação simbólica e as barreiras culturais e históricas à presença de mulheres no futebol, como a invisibilidade e proibição da prática, entretanto, não significaram sua inexistência (Goellner, 2005). Ao longo do século XX e XXI, as mulheres praticaram e praticam futebol, seja de forma clandestina, precária ou invisibilizada, desafiando os discursos culturais que as afastam desse esporte (Kessler, 2015; Martins; Reis, 2020; Silva, 2015; Soares de Almeida, 2016). Por outro lado, essa resistência não anula o enorme abismo de gênero nas oportunidades de participação e engajamento no futebol. Enquanto 57% dos homens brasileiros que praticam esporte têm o futebol como atividade física, menos de 6% das mulheres brasileiras se envolvem nessa modalidade esportiva, de modo que os homens representam 94% de quem joga futebol no Brasil (Martins; Silva; Vasquez, 2021). Essa desigualdade de participação está relacionada aos discursos culturais de gênero, que ainda afirmam o esporte e, em particular, o futebol, como produtor de masculinidades (Dunning, 1986; Messner, 2010).

Esse cenário está mudando. Acontecimentos recentes como a Copa do Mundo de Futebol Feminina transmitida nos canais abertos de televisão no Brasil e a existência de equipes femininas nos clubes tradicionais do futebol contribuíram para que o interesse e a visibilidade do futebol de mulheres ganhassem repercussão no Brasil. O início do processo de espetacularização do futebol de mulheres repercutiu no fomento a projetos e equipes amadoras dessa modalidade, criando ou ampliando um circuito comunitário desse futebol, o que não ocorre, ainda, sem que existam barreiras.

Considerando esse cenário, o objetivo desse capítulo foi compreender os sentidos do futebol comunitário de mulheres adultas, como espaço onde elas negociam pertencimentos, gênero e direito ao lazer diante de um contexto esportivo bastante masculinizado. Com isso, evidenciamos os desafios e oportunidades enfrentados por essas mulheres ao praticarem futebol, destacando o agenciamento delas diante da concorrência de tempo com a carreira, da vigilância de seus corpos, das responsabilidades domésticas, assim como os sentidos que o esporte adquire em suas vidas.

O primeiro capítulo, a seguir, aborda os estudos de gênero e como eles contribuem para que compreendamos o futebol como uma área de reserva masculina, na qual mulheres necessitam negociar gênero e feminilidades para participar. Na sequência, discutimos a particularidade da matriz comunitária no futebol de mulheres. Em terceiro lugar, evidenciamos a metodologia do estudo, para, na sequência, apresentar os temas nos quais categorizamos os resultados. Por último, esboçamos nossas considerações finais.

## FAZER, DESAFIAR E NEGOCIAR GÊNERO NO FUTEBOL

O cenário de desequilíbrio nas oportunidades de participação entre os gêneros no futebol permite caracterizá-lo como um espaço social para reprodução de masculinidades no país (Dunning, 1986; Messner, 2010; Monteiro, 2003). Todavia, a resistência das mulheres ao longo do tempo aponta para o desafio desse cenário. Segundo Cláudia Kessler (2015), o futebol tem sido um espaço para mulheres contestarem esses discursos culturais e expressarem gênero, desafiando as normas da feminilidade heteronormativa.

As lentes dos estudos de gênero nos ajudam a compreender que a organização da diferença socialmente percebida entre sexos é construída histórica e culturalmente (Scott, 1995). Os mecanismos que produzem aquilo que entendemos como masculino são os mesmos que diferenciam o feminino, processo esse que é atravessado por relações de poder, constituindo desigualdades de oportunidades e de recursos para os gêneros (Louro, 1999; Meyer, 2003).

Ademais, podemos considerar que o comportamento do corpo sexuado, por mais rotinizado e “natural” que pareça, é “produzido e imposto por práticas reguladoras da coerência de gênero (...), [sendo] uma identidade [que] é performativamente construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (Butler, 1990, p. 48). A coerência da matriz de gênero refere-se à expectativa de linearidade entre o construto denominado como sexo (macho ou fêmea), a expressão de gênero (entendida em termos binários, como masculino e feminino) e o desejo heterossexual

(Butler, 1990). Para Butler (1990), não temos gênero, mas fazemos gênero ao reiterarmos, em nossas práticas e nossos discursos cotidianos, a norma dessa matriz. Como prática cotidiana, por outro lado, está sujeita a incoerências e desvios.

Nessa leitura, por sua vez, gênero não é um “papel” que alguém assume ou absorve na infância; é um processo multilateral e social, que é parte das interações e ações cotidianas, das instituições e do universo simbólico que nos rodeia (Messner, 2010). Mais do que uma identidade fixa, gênero se faz por meio de uma ação rotineira, performativa, na qual não só reiteramos suas normas, como também negociamos, transgredimos, resistimos e refratamos (Butler, 1990). A performatividade de gênero, por essa via, é recheada de perturbações, baseadas em relações de poder, materializadas nos discursos, códigos, práticas e instituições. Este poder produz não somente corpos, mas discursos sobre comportamentos “apropriados” ou “não apropriados”, classificando corpos e definindo hierarquias e normas, constituindo pedagogias de gênero, que circulam em diversas instituições sociais (Louro, 1997, p. 24).

Nesse sentido, fazemos gênero através de nossas interações sociais no cotidiano. “Fazer gênero”, de acordo com West e Zimmerman (2009), é criar e referendar as diferenças entre o que se entende socialmente por homem e por mulher, por meio das nossas interações e práticas sociais, um processo eminentemente cultural. O esporte contribui para fazer gênero no cotidiano, ao enfatizar que há diferenças substanciais entre homens e mulheres, tornando os primeiros mais fortes, velozes, potentes e competitivos, naturalizando essas características, fazendo-as parecer inevitáveis e não questionáveis (Deutsch, 2007). Fazer gênero, então, é uma performatividade cotidiana, cuja repetição cria o aspecto de materialização e naturalização das diferenças e hierarquias (Butler, 2011). A feminilidade normalizada, que assume características socialmente estereotipadas como femininas, é uma forma de fazer e materializar gênero em nossa sociedade.

Nesse sentido, não é possível excluir possibilidades de transgressões e de subversões em identidades flutuantes de gênero, como é o caso da inserção de mulheres em uma “arena” considerada “masculina”, como

o futebol. Isso porque os discursos culturais associados à feminilidade enfatizam características como passividade, sensibilidade, delicadeza e fragilidade, que são antagônicas àquelas reconhecidas no esporte. Nessa via, Scraton *et al.* (1999) destacam a complexidade com que feminilidades e sexualidades se manifestam quando mulheres adentram os ‘esportes masculinos’ (Scraton, Fasting, Pfister e Bunuel, 1999). O esporte se constituiu, historicamente, como um espaço de validação de uma masculinidade relacionada à virilidade, força, competitividade e violência – aspectos esses que reafirmariam uma supremacia dos homens em relação às mulheres (Messner, 2010). Deste modo, com feminilidades desviantes, ao desafiarem essa norma de gênero, as mulheres que jogam futebol são estigmatizadas como masculinizadas e têm sua (hetero)sexualidade colocada sob suspeita (Silveira; Vaz, 2014; Soares de Almeida, 2016).

### **AS MATRIZES DA LINGUAGEM DO FUTEBOL NO BRASIL: ONDE ESTÁ O FUTEBOL PRATICADO PELAS MULHERES?**

Para desviar dessas expectativas sociais em torno do feminino e do masculino, expondo a pluralidade possível de expressões de masculinidades e feminilidades, Kessler (2015) propõe a adoção do termo “futebol de mulheres”. A decorrência política dessa virada terminológica é também demonstrar que o uso do gênero no futebol feminino pode ter como efeito disciplinar que tipo de comportamento se espera das mulheres que se engajam nesse esporte. Como segunda decorrência, também expõe que o futebol que precisa ser adjetivado é aquele que “ainda não é”, menor, marcado por um discurso de ausências, sempre comparado ao “futebol”, aquele que não precisa ser completado e tem implícito que é o praticado por homens da matriz espetacularizada (Damo, 2007; Kessler, 2015).

Pensando na pluralidade de possibilidades de envolvimento com o futebol, Arlei Damo (2006) sugeriu a existência de uma estrutura comum entre as diferentes práticas da apropriação desse esporte que as identifica socialmente como a linguagem do futebol. A linguagem do futebol envolve um jogo entre duas equipes que perseguem objetivos idênticos

(fazer o gol, evitar tomar gol, ganhar o jogo), mas opostos, disputando a posse de uma bola. A interação é permitida, mas regulada, a partir de um conjunto de regras que define o espaço, o tempo e as ações, restringindo o uso das mãos com algumas exceções. Esta estrutura é presente na maioria das variações do futebol (como o futsal, *Society*, beach soccer e suas variações de rua), permitindo que falemos em futebóis (Damo, 2018). A partir dessa base, surgem quatro matrizes da prática: espetacularizada, bricolada, comunitária e escolar, além do futebol de mulheres.

O *futebol espetacularizado* é aquele que vemos na grande mídia, caracterizado pela forte divisão social do trabalho e profissionalismo, tanto dentro quanto fora do campo, com distinção entre jogadores e espectadores, além de uma rede de especialistas que incluem treinadores, fisiologistas, árbitros e dirigentes, todos contribuindo para transformar o jogo em um espetáculo midiático. O *futebol bricolado* é praticado de forma mais livre e improvisada, sem a rigidez das regras oficiais, geralmente em espaços informais como ruas, praias e campos improvisados, valorizando a criatividade e a espontaneidade, permitindo que os jogadores experimentem diferentes papéis e estilos de jogo. O *futebol comunitário*, também conhecido como futebol de várzea, é organizado em nível local e serve como uma importante atividade social, promovendo um senso de comunidade, com equipes frequentemente compostas por moradores locais que jogam pelo prazer e pelo espírito comunitário. Embora tenha uma estrutura organizacional mais definida do que o futebol bricolado, com dirigentes e técnicos, não possui a mesma profissionalização do futebol espetacularizado. Os jogos são realizados em ligas locais e são menos orientados pela mídia. O *futebol escolar* é integrado ao currículo de educação física e ocorre dentro do contexto educativo.

No caso do futebol de mulheres, Kessler (2015) sugeriu a existência de uma matriz diferente, denominada por ela como futebol participativo. Segundo a autora, ele é um híbrido entre de elementos da *matriz de futebol bricolada*, da improvisação e informalidade típica das “peladas”, e da *matriz de futebol comunitária*, do sistema organizado, mas não tão rígido quanto, e da busca por resultados. No futebol de mulheres participativo, as regras não são tão rígidas e variam conforme as situações

apresentadas e a organização muda de acordo com os elementos disponíveis. Há criatividade, improviso e indisciplina para conseguir realizar campeonatos e torneios diante da ausência de estrutura e compromisso (Kessler, 2015). Face à carência de outros projetos disponíveis e a escassez de recursos para o futebol de mulheres, o futebol participativo se constitui como um espaço comunitário que oportuniza o direito ao lazer para as jovens e adultas de um contexto social. Por essa razão, o futebol de mulheres participativo pode ser um espaço potente no qual as mulheres negociam gênero, pertencimentos e afetos diversos.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca compreender as experiências das mulheres que compõem uma equipe comunitária de futebol. Para encontrar tais mulheres, a pesquisa se desenvolveu junto ao núcleo/ às equipes de prática de futsal/ fut7 da Caixa de Assistência dos Advogados do Espírito Santo (CAAES), que possui equipes femininas desde 2021. Essas equipes são compostas de advogadas associadas a CAAES, que realizam treinamentos semanais visando à qualidade de vida e lazer, bem como representam a categoria nas competições esportivas entre advogados e em competições locais. Qualquer mulher advogada pode compor as equipes nucleadas em diferentes cidades da Grande Vitória e do interior capixaba.

As equipes de futebol Society de mulheres advogadas existem no Espírito Santo há cerca de 3 anos. Existiam outras equipes femininas de outros esportes anteriormente, assim como uma masculina de futebol Society. Hoje, as mulheres se dividem em 6 núcleos/ equipes, organizados de acordo com a cidade na qual atuam: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Colatina, Linhares e Cachoeiro do Itapemirim. A maior parte das mulheres que compõem essas equipes tem até 32 anos, sugerindo uma participação ativa sobretudo no início da carreira profissional delas. Por outro lado, cerca de 10%, possui mais de 43 anos, indicando uma diversidade geracional entre elas. Além disso, um terço dessas mulheres possui filhos, ressaltando o equilíbrio desafiador entre a carreira profissional e a maternidade. No que diz respeito à orientação sexual, 62%

das participantes se identificam como heterossexuais, enquanto um terço se declara homossexual ou bissexual, refletindo a diversidade de orientações presentes entre elas. Quanto à composição étnica, a maioria das advogadas declara-se branca, entretanto, é importante mencionar que aproximadamente 15% delas são mulheres negras, evidenciando uma falta de representatividade que acompanha a da profissão, já que segundo dados da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), apenas 6% das advogadas no país são negras (Patriolino, 2023).

A produção dos dados ocorreu por meio da realização de um grupo focal. Segundo Oliveira e Freitas (2006 p. 327), o grupo focal “[...] propicia riqueza e flexibilidade na coleta de dados, em geral, não disponíveis quando se aplica um instrumento individualmente, além do ganho em espontaneidade pela interação entre os participantes”. Para o grupo focal, utilizaremos três blocos: i) história de vida relacionada às práticas corporais e ao esporte, a fim de conhecer experiências anteriores e dificuldades; ii) sua relação prévia com o futebol, seja como espectadora ou como praticante, a fim de conhecer, também, as razões pelas quais essas mulheres foram buscar um espaço para a iniciação na idade adulta; iii) sua experiência na equipe e a forma como elas percebem que a participação esportiva repercute na sua vida, a fim de explorar os diferentes sentidos e possibilidades que a prática do futsal está proporcionando, além da forma como elas percebem seu desenvolvimento na modalidade esportiva, bem como as dificuldades que estão visualizando. As participantes do Grupo Focal foram 6 atletas da equipe da cidade de Vitória. O quadro 1 sintetiza o nome fictício de cada participante (escolhido por ela mesma ao indicar uma personalidade do esporte que ela admirava) e as relações delas com o futebol.

## Quadro 1 - Participantes da Pesquisa

Nome	Vínculo com futebol
Gabi Guimarães	Jogava futebol com o irmão desde criança, no interior. Voltou há 3 anos à equipe.
Marta	Jogava futebol com primos no interior; jogou durante a fase escolar e declinou na faculdade. Jogou handebol e sempre competiu. Não foi fazer teste em times porque família não deixou. Está na equipe há 2 anos.
Bernardinha	Jogava futebol com primos na rua. Não treinou em escolinha porque futebol não era “de menina”. Jogou handebol competitivo. Parou de treinar na faculdade. Voltou à equipe há 3 anos
Messi	Sempre praticou esporte, mas não treinava futsal. Só na escola e com primos. Só treinou nessa equipe.
Edmunda Animal	Jogava futebol com meninos na rua. Além disso, surfou, que também era considerado esporte “de homem”, que a família não deixava. Irmão do meio apoiava. Nunca foi de competir e não acompanha o esporte.
Nadia Comaneci.	Fez ginástica artística na infância e jogou no gol no futebol com as crianças na rua.

Fonte: elaboração das autoras.

Para a análise dos dados produzidos pelo Grupo Focal, utilizamos a análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2019) e organizamos os resultados em três temas distintos. O primeiro tema aborda as experiências daquelas para quem o esporte é um aspecto identitário e como as negociações de feminilidade permeiam essa identidade esportiva. O segundo trata das razões pelas quais essas mulheres se sentem pertencentes ao espaço esportivo, destacando o esporte como um ambiente de lazer, qualidade de vida e pertencimento social e profissional. Este tópico também explora como o esporte contribui para o reforço de aspectos da identidade profissional de advogadas. Por fim, o terceiro analisa como as participantes resistem a diversas questões que atravessam a prática esportiva e profissional. Isso inclui o enfrentamento de preconceitos e exclusões presentes no contexto profissional da advocacia, e como essas questões são refletidas e desafiadas na prática esportiva.

## NEGOCIAÇÕES DE GÊNERO NO PERTENCIMENTO E IDENTIDADE NO FUTEBOL PARTICIPATIVO DAS MULHERES ADVOGADAS

As mulheres que compõem esse ambiente de prática comunitária de futebol vão buscá-lo em razão das experiências esportivas que tiveram ao longo da infância e da adolescência. O futebol, para a maioria delas, funciona como uma fonte de constituição identitária. Considerando a fluidez das identidades e a forma como elas são circunstancialmente acionadas e agenciadas (Hall, 2006), bem como os atravessamentos de gênero delas, o esporte transpõe negociações de gênero que se transformam ao longo da experiência de vida delas (Meyer, 2003). O esporte é uma prática generificada, influenciada por discursos culturais mais amplos que normalizam como as pessoas negociam suas feminilidades de maneiras localizadas e radicalmente contextualizadas, social e historicamente (Francombe-Webb; Toffoletti, 2018).

A inserção das mulheres no futebol está intrinsecamente ligada a um processo complexo de negociação de feminilidades, que se inicia na infância. A primeira grande negociação que essas mulheres precisaram fazer envolvia a sua própria entrada e permanência no esporte, um campo frequentemente marcado pela exclusão devido às normas culturais que associam o futebol à masculinidade. A maioria começou a jogar futebol na infância, como Marta, Bermardinha, Gabi Gumaraes e Edmunda, cujas experiências esportivas foram marcadas por jogar bola na rua com outros meninos. Segundo relatam Marta e Bernardinha:

Marta: Eu jogo futebol desde criança, desde que me entendo por gente. Venho de uma família muito grande, e a maioria dos meus primos da minha idade eram meninos. No interior, nossos domingos tinham um ritual muito claro: a gente passava a manhã com a família, almoçava todo mundo junto e, à tarde, ia jogar futebol até escurecer, até umas 7 horas da noite. A gente jogava descalço, era o futebol raiz mesmo. Foi assim a minha infância inteira. Na escola, eu continuei jogando futebol. Era uma coisa natural, fazia parte de quem eu era e do que eu gostava de fazer. No ensino fundamental, cheguei a ter a chance de fazer testes em alguns times, mas não fui. Não fui por causa do contexto familiar, daquela ideia muito presente de que futebol não era coisa de menina, e também pela falta de incentivo. Ninguém dizia explicitamente que eu não podia, mas também ninguém dizia que eu devia ir. Hoje, o futebol feminino tem muito mais visibilidade.

Uma menina de 12 anos que joga bem, que se destaca entre os meninos, tem mais caminhos possíveis, mais oportunidades. Na minha época, isso não existia da mesma forma. Então, eu não tive esse tipo de oportunidade. Ou melhor, até tive algumas chances, mas não tive o incentivo necessário para transformar essas chances em um caminho.

Bernardinha: Eu também amo esporte, na verdade. O futebol, digamos, é a minha maior paixão. Eu jogava desde criança com meus primos. Acho que essa é uma história que se repete com muitas meninas mais velhas do nosso time, com quem eu já conversei. Todo domingo, a gente se reunia na casa da minha avó, com meus tios e primos. Eu morava perto, então jogava futebol com meus primos na rua. Sempre acabava machucando o dedão, chutando o chão, né? Mas eu tinha um pouquinho de habilidade, e começaram a falar pros meus pais: “Ela joga bem, ela joga bem, coloca ela numa escolinha, deixa ela jogar por um time” E aí vem aquela história de que futebol não é coisa de menina, né?

Marta e Bernardinha dialogam sobre algo que também ocorreu com Gabi Guimarães e Edmunda: o despertar do interesse pelo futebol era tolhido pela família, que não permitia uma participação esportiva mais séria. Essas mulheres começaram a jogar futebol na década de 1980 e 1990, contexto no qual o futebol feminino acabara de sair da clandestinidade e da proibição, sem possuir visibilidade e reconhecimento social no Brasil (Goellner, 2005). Deste modo, além da falta de credibilidade em torno de uma carreira esportiva nesse esporte, já que era simbolicamente anulado nos meios de comunicação da imprensa esportiva, ainda se nutria uma imagem de que o futebol de mulheres era repleto de comportamentos que eram antitéticos com as expectativas em torno da feminilidade normalizada. Essa preocupação, por exemplo, fez com que na década de 1990, a Federação Paulista de Futebol contratasse modelos para compor equipes e reformulasse o futebol feminino paulista para demonstrar que as atletas ancoravam a expectativa estereotipada de feminilidade (Souza Junior; Reis, 2023). As famílias dessas mulheres, refletindo os discursos culturais predominantes da época, frequentemente desestimulavam a prática do futebol, visto como uma atividade inadequada para meninas. Esse desestímulo estava associado à ideia de que o futebol era um espaço de construção de masculinidades, e, portanto, impróprio para a edificação de uma feminilidade normalizada, entendida como frágil e delicada.

Durante a infância e adolescência, a família desempenhou um papel de interdição na prática esportiva mais intensa. Embora as participantes tivessem oportunidades de ingressar em escolinhas de futebol, a família não via o esporte como uma atividade apropriada para a construção de feminilidades.

Gabi Guimarães: Sou vascaína. Meu pai é vascaíno, meu irmão é flamenguista. Meu irmão sempre teve camisa de time. Meu pai nunca comprou uma camisa para mim, nunca me deu. Não era falta de dinheiro.

No entanto, as mulheres que perseveraram no esporte fizeram isso através de uma constante negociação com as expectativas familiares e culturais. Essas negociações frequentemente significavam que, embora continuassem jogando, elas não conseguiam transgredir totalmente as barreiras que impediam uma dedicação mais intensa e séria ao futebol. A dedicação ao esporte em um nível mais competitivo e profissional esbarrava em expectativas familiares que interseccionam os marcadores de classe e gênero. Provenientes de família de classe média, essas mulheres enfrentaram expectativas familiares que as incentivavam a se dedicar a carreiras profissionais que gozassem de maior prestígio social. Por exemplo, Bernardinha relatou que queria cursar educação física, mas seus pais não permitiram

Bernardinha: Minha mãe falou assim: "Você pode escolher o curso que você quiser." Aí eu pensei: beleza, vou escolher Educação Física. Mas ela insistiu: "Não, filha, você não vai escolher Educação Física." Meu pai, que é advogado, já tinha um escritório e disse: "Vai para o Direito." Então, eu fui para o Direito. Não me arrependo da profissão, que eu amo bastante. Também não me vejo em outra profissão... a não ser se eu fosse atleta.

A intersecção de classe e gênero é evidente na resistência das famílias em aceitarem suas filhas como futuras atletas profissionais. As famílias de classe média, em particular, promoviam uma feminilidade associada à fragilidade e delicadeza, incompatível com a prática intensa do futebol. Essa visão de feminilidade está associada às mulheres brancas e de classe média (Carneiro, 2019; Hooks, 2019). Este cenário foi exemplificado, acima, na fala de Bernardinha, que menciona a impossibilidade de estudar Educação Física, sendo encorajada a cursar Direito, uma

profissão mais alinhada às expectativas de classe média sobre status e sucesso profissional.

A fala de Edmunda, a seguir, explicita um cenário semelhante. Para sua família, o futebol de mulheres não produzia capital simbólico suficiente para gerar reconhecimento social. Ao contrário, historicamente proibido e culturalmente marginalizado, a prática de futebol podia produzir suspeita moral, desvio ou desvalorização. Por outro lado, a profissão de advogada funcionou como uma espécie de “compensação simbólica” na visão de seus familiares. Ela reinsere essa mulher dentro de um regime de feminilidade legítima.

Edmunda Animal: Era um desespero para você chegar e ter o respeito da família. Teve que toda uma geração mudar, seja pelas políticas públicas, seja pelo que passou a aparecer na televisão. Acho que tem muito a ver com essa mudança de visão também, com o que a Marta trouxe. Passou a existir esse pensamento de: “Não, pô, pode sim, por que não?” Aí vem aquele reconhecimento: “Minha filha é advogada, ela trabalha, ela tem dignidade, ela tem respeito, ela faz tudo direitinho.” A Gabi Guimarães fala muito disso também. O pai dela diz: “Beleza, vai lá fazer seu esporte.” Mas isso só porque ela não vai mais ser jogadora. Muda um pouco a perspectiva, entendeu? A família e a cidade apoiam, mas apoiam de certa forma, porque é visto como lazer, não como profissão.

O cruzamento entre gênero e classe social opera como um mecanismo de regulação das possibilidades de reconhecimento, de modo que a participação no futebol é tolerada desde que não comprometa a inserção em trajetórias profissionais associadas à respeitabilidade e à dignidade. Nesse sentido, o esporte é socialmente aceitável enquanto prática de lazer, mas encontra limites como projeto profissional, revelando as tensões entre feminilidade normativa, respeitabilidade de classe e reconhecimento social.

Assim, a feminilidade futebolística, antes interdita na infância por estar associada a uma sociabilidade com meninos e a atividades consideradas agressivas, é ressignificada na vida adulta. O apoio familiar à prática esportiva, então, estava condicionado ao entendimento de que o futebol não interferiria nas identidades profissionais das mulheres. Essa aceitação parcial permitiu que elas mantivessem uma feminilidade

que combinava sucesso profissional e autonomia, sem romper com os padrões culturais de feminilidade de sua classe.

Essa trajetória ajuda a entender porque, para as atletas também, o futebol passa a ser situado como um espaço possível, mas delimitado. Se, no ambiente familiar, o reconhecimento e o respeito estavam condicionados à inserção em profissões consideradas legítimas, essa lógica não desaparece quando elas se tornam advogadas, continuando a organizar a forma como o futebol é aceito apenas como uma atividade secundária na vida delas. Isso aparece quando elas próprias passam a definir o futebol como um espaço de lazer, e não como profissão.

Bernardinha: o futebol reflete na nossa vida profissional. A maioria das meninas advoga e tem escritório, então nós somos as próprias chefes, entendeu? Se você se machuca no futebol, quebra uma perna e tem uma semana de audiência, o que você vai fazer? Vai trabalhar com a perna quebrada ou vai ter que contratar um colega para cobrir? Financeiramente, isso tem um reflexo. Isso é algo que o treinador sempre fala também. Acho que o nosso núcleo, a vibe do nosso núcleo, é essa: de não ser tão “carro e fogo”, justamente porque encaramos como um lazer, um momento de lazer. Porque isso não é a nossa profissão, né? Teve um jogo do ano passado, do masculino, em que um rapaz levou um soco, fraturou o maxilar e ficou 90 dias parado. Eu penso: meu Deus, eu não posso ficar 90 dias parada, porque sou autônoma, sou dona do meu próprio escritório. Então encaro isso como lazer e tenho que ter muito cuidado para não me machucar.

Essa visão do futebol como lazer é também destacada pelas mulheres sobre sua rotina de conciliação profissional com o esporte. Elas destacaram a dificuldade em conciliar a prática do futebol com suas intensas rotinas profissionais, marcadas por longas horas de trabalho e muitas responsabilidades, mesmo assim, se dedicam para conseguir treinar, a despeito dos julgamentos:

Marta: Cheguei no treino e a treinadora já estava até fazendo o aquecimento com as meninas. Eu vinha de um dia extremamente estressante. Várias vezes, no meio do caminho, eu falava pra mim mesma: “cara, eu vou, eu vou pra casa”. Mas eu sei que, se eu for pra casa, vou ficar martelando que deveria ter ido, né? Hoje, o futebol é prioridade pra mim. É terça e quinta. Eu só não venho treinar se eu estiver lesionada, se for por recomendação médica. Se não, terça e quinta, eu não falto treino.

Bernardinha: Eu encaro como uma hora de cuidado com a minha saúde, como uma hora de atividade física. E aí vêm os bônus: o bônus de estar com as pessoas que eu gosto, de fazer uma coisa que eu gosto de fazer. E os ônus, que tudo na vida tem, né? Os prós e contras. Mas eu não sou casada e não tenho filho, não. Tenho só um pinto pra dar água, então é mais fácil. Eu admiro a Nadia e as amigas que têm filhos também, as meninas do nosso time que são casadas e têm filhos. Porque é aquela história: “vai deixar a família pra jogar futebol?”. O homem tem o horário do futebol dele, né? Pra eles, tá tudo certo. Agora a mulher, poxa, vai deixar a casa lá? A família, pra jogar futebol?

**A prática esportiva é acompanhada por uma série de cuidados complementares, como consultas a nutricionistas, fortalecimento muscular na academia, e sessões de fisioterapia, visando à sustentabilidade da prática ao longo do tempo.**

Marta: Faço plano alimentar, fisioterapia. Porque, no ano passado, por exemplo, joguei o ano todo, só que convivi o ano inteiro com algum tipo de lesão. Tive uma lesão no calcâneo, tive uma fratura por estresse na canela. Joguei o Brasileiro com fratura por estresse na canela. Tive que tomar uma injeção porque descobri na véspera da viagem, e era a única coisa que eu conseguia fazer naquele momento. Mas, este ano, estou me preparando para jogar sem lesão. Apesar de que estou com o dedão lesionado, porque lesionei o ligamento num amistoso, mas estou tratando. A gente faz fisioterapia e tem plano alimentar com nutricionista.

Essa valorização da dedicação e da disciplina se vinculam a uma ideia de meritocracia, vista como a capacidade de alcançar o sucesso através do esforço pessoal, a qual está fortemente alinhada à feminilidade das mulheres de classe média no esporte (Azzarito, 2010). A meritocracia não apenas legitima sua participação esportiva, mas também reforça uma identidade esportiva que é, ao mesmo tempo, independente e empoderada, permitindo que elas conciliem as demandas de classe e gênero em suas trajetórias pessoais e profissionais. Trata-se de uma subjetividade neoliberal incorporada que busca a autorrealização e demonstra condução de si mesmas através de monitoramento, vigilância e auto investimento (Francombe-Webb; Toffoletti, 2018).

Portanto, os discursos culturais que afirmam que o futebol não é “coisa de menina” são continuamente negociados pelas mulheres, que, ao desafiarem essas normas, reconfiguram as fronteiras da feminilidade no

esporte, saindo de uma feminilidade transgressora, associada à masculinidade, a uma feminilidade “empoderada” neoliberal, que incorpora as normas de gênero interseccionadas à classe social. Essa é fruto de difíceis negociações de gênero, frequentemente limitadas pelas expectativas sociais e familiares, que refletem a complexa relação entre “escolha”, agência, poder e subjetividade (Francombe-Webb; Toffoletti, 2018).

## OS DIFERENTES PERTENCIMENTOS MOBILIZADOS NO FUTEBOL PARTICIPATIVO DAS MULHERES ADVOGADAS

As razões pelas quais as mulheres participam do futebol vão além da prática esportiva em si, revelando diversos sentidos de pertencimento que emergem de suas experiências. Em primeiro lugar, o futebol é identificado como um espaço de lazer e sociabilidade. Muitas mulheres relataram que começaram a frequentar a equipe de futebol por meio de um convite de outra mulher já integrante do grupo. Esse ambiente proporciona um local para fazer novas amizades e encontrar um lazer significativo.

Gabi Guimarães: Fiquei uns 20 anos sem jogar futebol e retornei há uns 3 anos, que é mais ou menos o tempo de formação das Vitorianas. Foi muito bom porque conheci mais gente, fiz um novo ciclo de amizade. O futebol voltou pra minha vida num momento muito importante, porque me ajudou a sair um pouco da inércia em que eu estava depois da pandemia. Eu corria, sempre gostei de corrida de rua, mas depois da pandemia não conseguia voltar pra atividade física, pra nada. Então o futebol virou uma terapia. Eu vinha até machucada, só pra ficar ali sentada, esperando, brincando, conversando, pra não perder o hábito de vir. Pra mim, é realmente muito terapêutico. A gente briga, a gente ouve as ansiedades umas das outras, conversa sobre tudo.

Esse sentido de pertencimento vinculado ao futebol participativo destaca o apoio social e a reciprocidade que emergem na experiência esportiva partilhada (Walseth, 2006). Essa forma de pertencimento destaca o papel de apoio mútuo e da partilha como forma de constituir essa comunidade. Os vínculos criados no campo de futebol, muitas vezes, transcendem para outras áreas de suas vidas. Elas relatam atividades realizadas fora do contexto esportivo, como a ida a uma trilha em Pedra Azul/ES ou

encontros para beber, fortalecendo ainda mais os laços comunitários e de pertencimento criados no futebol.

Nadia Comaneci: Mas a preferência é o futebol, porque relaxa. Eu chego muito mal durante o dia, e quando chego lá, já estou bem. Sempre tem alguém rindo, sempre tem alguém contando alguma coisa do dia, sempre tem um rolê. O rolê é o melhor, a resenha. Sempre tem uma resenha. Às vezes tem comida, tem piadas, brincadeiras que fazem parte do nosso contexto.

Marta: O ambiente. A gente tem um ambiente muito saudável e muito parceiro. Criamos laços extracampo, somos amigas. Eu vim do interior e não conhecia ninguém além dos meus chefes no trabalho e da minha amiga que mora comigo. Não conhecia absolutamente ninguém. Então, pra mim, foi um total acolhimento.

Esse sentido de pertencimento comunitário vai além do futebol e se estende para o âmbito profissional. As conexões estabelecidas no esporte resultam em parcerias de trabalho e indicações profissionais entre as jogadoras, ou seja, criam laço fortes de pertencimento e de apoio social (Walseth, 2006) que se traduzem em redes dentro do espaço de trabalho, uma esfera distinta da do lazer:

Bernardinha: Inclusive, tenho parcerias profissionais que surgiram por causa do futebol.

Marta: As meninas, as duas meninas aqui, foram isso aí, entendeu? A gente se indica, porque o Direito é muito amplo. Eu faço criminal, ela faz trabalhista, a outra faz tributário. Então, se eu tenho um cliente e preciso de outra área, a gente troca figurinha. Isso reflete na nossa vida pessoal e na nossa vida profissional.

Bernardinha: Eu já indiquei para as meninas e também sou indicada. Tenho parcerias com elas nesse sentido, porque eu não conhecia elas antes, entendeu? Não conhecia. É uma coisa muito nossa isso. Você indica pela confiança. Porque você percebe que mulheres têm que indicar mulheres. Quando surge uma oportunidade, a gente pensa em indicar umas às outras.

A rede de apoio criada é caracterizada, por uma delas, como o “feminismo” que permeia sua vida, criando uma comunidade de suporte mútuo e solidariedade entre mulheres. Em um contexto profissional extremamente masculino, que mimetiza a representação do esporte, um time

feminino não apenas resiste a essa representação, como contribui como um espaço para criação de redes profissionais por fora das masculinas, o que é fundamental para favorecer a inserção das mulheres nesses ambientes (Eagly; Boston; Haber, 2009).

Bernardinha: Feminismo, pra mim, não é levantar bandeira, é incentivar outra mulher. Quando preciso contratar advogados para ser correspondente, eu já falei para minha estagiária: se tiver uma lista, às vezes do interior, com cinco homens e uma mulher, liga primeiro pra mulher. Se não conseguir, aí vai para o homem. Eu, particularmente, entendo que feminismo é isso. É incentivar outra mulher. É trocando figurinha, tipo: “ah, eu trabalho com isso, isso e aquilo. Tenho um cliente aqui, você aceita?” Vamos embora, entendeu? E eu também indico. Já indiquei muitas meninas. Então, é um ambiente que tem o esporte, mas tem o lado profissional também. A gente consegue conciliar.

Por outro lado, trata-se de uma visão de feminismo que pode ser atrelada ao feminismo branco de classe média, que trata as mulheres como iguais, ignorando outras nuances que criam diferentes desvantagens entre as próprias mulheres (Crenshaw, 1991). Elas relatam que, a partir das conexões feitas no futebol, surgem oportunidades profissionais que reforçam o sentimento de pertencimento e cooperação. No entanto, as que acessam essa rede de solidariedade são aquelas que não só possuem a carreira profissional estabelecida, como ainda têm condições sociais de frequentar os treinos de futebol – e tiveram acesso a esse esporte na infância. Esse fenômeno demonstra como o futebol se torna um espaço que intersecciona gênero e classe nas experiências de pertencimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

Portanto, o futebol participativo, para essas mulheres, promove um sentido profundo de pertencimento, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, articulando suas experiências de gênero e classe. Essa experiência coletiva contribui para a criação de uma comunidade de mulheres que se apoiam e se fortalecem mutuamente, demonstrando a importância do esporte como um meio de resistência dentro de sua realidade.

## QUANDO OS PERTENCIMENTOS SE ENCONTRAM COM AS FRONTEIRAS DE GÊNERO

A análise dos dados revela que, embora as mulheres consigam criar espaços de pertencimento através do futebol participativo, elas enfrentam barreiras significativas relacionadas às fronteiras de gênero e sexualidade, que dificultam a consolidação desses pertencimentos dentro da categoria profissional de advogadas. Elas mencionam que seu futebol é frequentemente estereotipado, refletindo uma visão distorcida e estigmatizante de suas atividades esportivas. Um exemplo claro é o estigma de serem chamadas de “barraqueiras”, especialmente quando ocorrem conflitos durante as competições:

Bernardinha: O que eu já ouvi é que nós somos muito barraqueiras. É tipo assim: “sempre são as meninas da confusão”. Porque a maioria dos jogos tem confusão. Eu até estava comentando com um advogado que, no último campeonato, todos os jogos tiveram briga. Mas no masculino também tem, só que eles abafam, né? Um homem dá um soco na cara do outro e é visto como machão. Se a mulher grita, é barraqueira.

As mulheres apontam que, embora brigas também ocorram em outros esportes, inclusive no futebol masculino, quando acontecem no futebol feminino, elas são vistas de maneira negativa, caracterizando-as como desordeiras. Esse estigma é reforçado pela percepção de que demonstrações de agressividade são incompatíveis com a feminilidade, enquanto no contexto masculino, tais comportamentos são aceitos como expressões normais da masculinidade. Assim, ao ultrapassarem essa fronteira de gênero e exibirem comportamentos considerados agressivos, as mulheres são estigmatizadas e segregadas.

Nadia Comaneci: No último jogo agora, eu ouvi um colega levantar e falar: “é por isso que não dá pra fazer futebol feminino”, porque teve uma briguinha lá no final.

Outra fronteira significativa é a da sexualidade. A presença de mulheres homossexuais no futebol feminino, muitas vezes, leva à estigmatização de toda a equipe.

Marta: Ficamos sabendo que os meninos da seleção masculina de advogados, que jogam o Brasileiro, disseram que a nossa seleção feminina não teria muito sucesso porque tinha muito sapatão e que precisava ter mais mulher no time.

As participantes relatam que frequentemente são rotuladas como “sapatão” simplesmente por jogarem futebol, e há uma pressão para que não se assumam publicamente como homossexuais, sob o risco de descredibilizar a categoria. Esse estigma reflete a resistência a aceitar formas de feminilidade que desafiam a norma heteronormativa e os padrões de classe. A falta de porosidade dessas fronteiras evidencia como o futebol ainda é visto como um espaço predominantemente masculino dentro da categoria das advogadas.

Por outro lado, a necessidade de se contrapor a esses discursos também contribui para gerar pertencimento entre ela, como uma missão que precisam enfrentar coletivamente. Esse tipo de dificuldade pode ser uma das condições estruturais para o pertencimento dentro dessa forma de comunidade (Walseth, 2006), como relatam:

Marta: A gente precisava ter um reconhecimento, não só por ser um time feminino de advogadas, mas pelo nosso desempenho. Foi necessário trazer um ativo para que os meninos fizessem o campeonato de futsal no ano passado, que foi o primeiro, e foi a primeira vez que convidaram as meninas para jogar. Isso nunca tinha acontecido. Este ano está acontecendo o Campeonato do Advogado e, pela primeira vez, convidaram as meninas. Estamos em uma fase de transição, e essa mudança, esse marco de visibilidade, aconteceu do ano passado pra cá.

No plano individual, a vigilância sobre os corpos e o tempo das mulheres também constitui uma fronteira difícil de atravessar. Embora as jogadoras consigam conciliar suas rotinas intensas de trabalho com a prática esportiva, a maneira como vinculam suas identidades ao esporte muitas vezes gera controvérsia.

Marta: Algumas meninas do nosso time são da seleção e têm filhos. E aí perguntam: “Você é casada? Está viajando, disputando o estadual, e com quem ficam seus filhos?” Mas, se o marido viaja, ninguém pergunta com quem os filhos ficam.

Há uma percepção de que, ao se dedicarem seriamente ao futebol, estariam negligenciando outros aspectos de suas identidades profissionais. Essa visão limita a possibilidade de um envolvimento mais profundo e sério com o esporte, reforçando a dificuldade de atravessar essa fronteira.

Marta: Como a gente treina e tem patrocínio, também precisa dar mídia do que está fazendo — treinando, jogando, viajando para campeonato — como contrapartida para os patrocinadores do time. E aconteceu comigo e com mais umas duas ou três meninas. Teve gente respondendo aos stories assim: “Ué, parou de advogar? Não está advogando mais, não?” “Por quê? Porque eu só vejo você postando coisa de futebol. Você não posta nada de você numa audiência, num fórum.” Eu mesma já deixei de repostar stories do time e dos treinos para não ter tanta coisa de futebol nas redes sociais. Já ouvi questionamentos do tipo: “Ah, está em Vitória e não está advogando mais, só jogando bola.” Então, evitei postar.

Essa presença do futebol nas redes sociais indica a importância do esporte na vida das participantes, evidenciando que o pertencimento à equipe e a dedicação ao futebol são fontes significativas de identificação. O compartilhamento dessas experiências com outras mulheres do projeto reforça uma identidade esportiva saliente, que atravessa e influencia a gestão das feminilidades e das identidades pessoais.

Essas fronteiras pouco porosas demonstram que, apesar de os espaços de pertencimento criados entre as mulheres no futebol participativo serem significativos, esses pertencimentos encontram resistência dentro da categoria profissional. O futebol, mesmo enquanto ambiente de construção de identidades e relações sociais, ainda é permeado por barreiras que limitam a plena aceitação e integração das mulheres. Comparado a outros esportes femininos, como o vôlei, o futebol feminino enfrenta maior resistência e estigmatização, reforçando a percepção de que o futebol é um espaço de masculinidade.

Nadia Comaneci: A gente não tinha acesso à CAAES, era tudo muito fechado. E só tinha futebol masculino. Ouvi falar que tinha o vôlei feminino, mas era só de madame, daquelas advogadas, porque teve uma época em que o advogado era todo imponente.

Marta: Mas eu aposto com você que a seleção de handebol não vai ter 50% da dificuldade que o futebol tem, porque o handebol é um esporte feminino e o futebol não. Você não vai ter homem querendo jogar handebol, entendeu? Eles não vão se sentir ameaçados com o handebol. Mas com o futebol, eles se sentem, porque o futebol sempre foi deles.

Portanto, mesmo que o futebol participativo ofereça um sentido de comunidade e pertença tanto pessoal quanto profissional, as mulheres enfrentam resistências estruturais e culturais que dificultam a travessia dessas fronteiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos das mulheres deste estudo permitiram observar as relações de pertencimento construídas por meio do futebol participativo, que desempenha um papel plural na vida das advogadas, funcionando não apenas como uma atividade esportiva, mas também como um espaço de sociabilidade, identidade e resistência às normas de gênero. A análise dos dados permitiu identificar três principais dimensões de sentido que essas mulheres encontram no futebol, bem como as barreiras de gênero que atravessam e moldam essas experiências.

A primeira dimensão de sentido envolve a negociação de feminilidade para inserção no futebol. Desde a infância, essas mulheres enfrentaram resistências familiares e culturais que associavam o futebol à masculinidade, delimitando-o como um espaço interdito para elas. A entrada e permanência no esporte foram marcadas por uma constante negociação com as expectativas familiares e os discursos culturais, que reforçavam uma feminilidade associada à fragilidade e delicadeza. Embora essas mulheres tenham conseguido continuar jogando, as barreiras impostas pela interseção de classe e gênero impediram uma dedicação mais séria e competitiva ao esporte. Essa experiência inicial destaca a necessidade de desafiar as normas culturais que restringem a participação feminina em atividades consideradas masculinas.

A segunda dimensão é de pertencimento, demonstrado pelo papel do futebol como um espaço de lazer, sociabilidade e autocuidado. As advo-

gadas relataram que o futebol proporciona uma válvula de escape do estresse cotidiano e um meio de fazer novas amizades. A prática esportiva é vista como essencial para o autocuidado, tanto físico quanto mental, incentivando a adoção de práticas complementares, como fisioterapia e consultas a nutricionistas. A competição, embora presente, é valorizada pelo seu aspecto social e pelo fortalecimento dos vínculos comunitários. Essas experiências reforçam a importância do futebol como um espaço onde as mulheres podem desenvolver uma feminilidade autônoma e empoderada, desafiando a exclusão baseada em normas de gênero.

A terceira dimensão revela as fronteiras de gênero e a estigmatização enfrentada pelas mulheres no futebol participativo. As advogadas relatam que seu futebol é frequentemente estereotipado e estigmatizado, sendo rotuladas como “barqueiras” quando ocorrem conflitos, um estigma não aplicado ao futebol masculino. Além disso, a presença de mulheres homossexuais no futebol feminino é vista com preconceito, refletindo uma resistência à aceitação de feminilidades que desafiam a norma heteronormativa. Essas fronteiras pouco porosas dificultam a plena aceitação das mulheres no esporte e reforçam o futebol como um espaço de masculinidade. A vigilância sobre os corpos e o tempo das jogadoras também constitui uma barreira, com percepções de que a dedicação ao esporte compromete outros aspectos de suas identidades profissionais.

A interseção das relações de gênero com questões de classe se reflete nos sentidos que o futebol participativo tem para as advogadas, revelando um panorama complexo de resistência e acomodação à retórica neoliberal feminista. O futebol emerge como um espaço de contestação das normas de gênero, proporcionando às mulheres um sentido de pertencimento e identidade que desafia a fragilidade e a delicadeza tradicionalmente associadas à feminilidade. Ao mesmo tempo, essas experiências são constantemente influenciadas pelas perspectivas ideológicas que aderem à meritocracia.

Essas dinâmicas refletem a necessidade de um contínuo questionamento e transformação das normas de gênero que permeiam o esporte e a profissão de advogada. O futebol participativo, ao oferecer um espaço de

sociabilidade e autocuidado, demonstra o potencial de reconfigurar as fronteiras da feminilidade, promovendo uma identidade empoderada e autônoma. No entanto, a persistência de estigmas e resistências evidencia que essas fronteiras ainda são rígidas e requerem esforços coletivos para serem atravessadas.

Assim, infere-se que as experiências dessas mulheres destacam a importância de espaços de pertencimento que desafiem as exclusões baseadas em gênero, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa, tanto no esporte quanto na esfera profissional. Jogar futebol, nesse contexto, é desafiar as expectativas em torno da feminilidade das mulheres advogadas, ao mesmo tempo que ratifica aspectos próprios do campo profissional que elas ocupam. Com isso, transitam e se redesenham pelos espaços profissionais, chamando a atenção para os regimes de poder que operam dentro da retórica neoliberal pós-feminista.

## REFERÊNCIAS

- AZZARITO, Laura. Future Girls, transcendent femininities and new pedagogies: Toward girls' hybrid bodies? *Sport Education and Society*, [s. l.], v. 15, p. 261–275, 2010.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. [s. l.]: Taylor & Francis, 2011.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313–323.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- DAMO, Arlei S. *Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França*. [s. l.]: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.
- DAMO, Arlei S. Futebóis—da horizontalidade epistemológica à diversidade política. *FuLiA/UFMG*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 37–66, 2018.
- DAMO, Arlei Sander. Senso de jogo. *Esporte e Sociedade*, [s. l.], v. 1, n. 01, p. 1–43, 2006.

- DEUTSCH, Francine M. Undoing gender. *Gender & society*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 106-127, 2007.
- DUNNING, Eric. Sport as a male preserve: Notes on the social sources of masculine identity and its transformations. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 79-90, 1986.
- EAGLY, Alice H.; BOSTON, Linda L. Carli; HABER, Paige. Through the labyrinth: The truth about how women become leaders. *NASPA Journal About Women in Higher Education*, [s. l.], p. 247, 2009.
- FRANCOMBE-WEBB, Jessica; TOFFOLETTI, Kim. Sporting Females: Power, Diversity and the Body. In: MANSFIELD, Louise et al. (Org.). *The Palgrave Handbook of Feminism and Sport, Leisure and Physical Education*. London: Palgrave Macmillan UK, 2018. p. 43-55. Disponível em: [https://doi.org/10.1057/978-1-137-53318-0\\_4](https://doi.org/10.1057/978-1-137-53318-0_4) Acesso em: 29 mar. 2024.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva SA, 2019.
- KESSLER, Claudia Samuel. Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. Tese (Doutorado em PPG Antropologia social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. *Sexualidade, gênero e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. El país del fútbol también es de las mujeres: de la lógica del mercado al activismo feminista en la cobertura de la Copa del Mundo de 2019. In: HIJOS, Nemesia; MOREIRA, Veronica; SOTO-LAGOS, Rodrigo (Orgs.). *Los días del mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 52-55.
- MARTINS, Mariana; SILVA, Kerzia; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: interseções de gênero, classe e raça no Brasil. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, [s. l.], v. 27, p. e27006, 2021.
- MESSNER, Michael A. *Out of play: Critical essays on gender and sport*. [s. l.]: Suny Press, 2010.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 27.

MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. *Torcer, lutar, o inimigo massacrar—Raça Rubro-Negra!:* uma etnografia sobre futebol, violência e masculinidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PATRIOLINO, Luana. Advogados refletem sobre racismo e relatam discriminação no Judiciário. *Correio Braziliense*, Brasília, 24 dez. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/12/6775042-advogados-refletem-sobre-racismo-e-relatam-discriminacao-no-judiciario.html> Acesso em: agosto de 2024.

RIAL, Carmen S.. El invisible (y victorioso) fútbol practicado por mujeres en Brasil. *Nueva Sociedad*, [s. l.], n. 248, p. 114-126, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, [s. l.], v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Giovana Capucim. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983). 2015. 154 f. *Dissertação* (Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015).

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandez. Doping e controle de feminilidade no esporte. *Cadernos Pagu*, [s. l.], p. 447-475, 2014.

SOARES DE ALMEIDA, Caroline. Belas e feras, nós e as masculinizadas: discursos, corporalidades e significações. In: KESSLER, Claudia Samuel (Org.). *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 107-133.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira; REIS, Heloisa Helena. *Futebol de mulheres: a batalha de todos os campos*. Paulínia: Autoresporte, 2023.

WALSETH, Kristin. Sport and Belonging. *International Review for the Sociology of Sport*, [s. l.], v. 41, n. 3-4, p. 447-464, 2006.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Accounting for doing gender. *Gender & society*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 112-122, 2009.